

À Autoridade Superior do Chamamento Público nº 0309/2025
Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO
Ref.: Recurso Administrativo – Indeferimento da Proposta da ZAPAY
SERVIÇOS DE PAGAMENTOS S.A.

A ZAPAY SERVIÇOS DE PAGAMENTOS S.A., inscrita no CNPJ nº 28.593.387/0001-56, vem, respeitosamente, interpor **Recurso Administrativo** contra a Manifestação da Autoridade Superior nº 014/2025, proferida no âmbito do Chamamento Público nº 0309/2025.

1. DOS FATOS

A proposta da ZAPAY foi enviada tempestivamente em 26 de maio de 2025, às 20h30 (vinte horas e trinta minutos), para o endereço eletrônico indicado no edital. No entanto, em razão de uma falha técnica — posteriormente diagnosticada como rejeição automática do servidor de origem da própria ZAPAY, devido ao excedente no tamanho do anexo — o e-mail não foi entregue à caixa institucional do SERPRO.

Ressalte-se que o edital não fixou qualquer limite de tamanho para os arquivos encaminhados, tampouco previu canal alternativo para o envio da proposta, como sistema de protocolo eletrônico ou plataforma de upload. Igualmente, não estabeleceu mecanismo de confirmação de recebimento por parte do SERPRO, o que revela a fragilidade do uso exclusivo do correio eletrônico como único meio de apresentação, sobretudo em casos de arquivos volumosos.

Diante da intercorrência, a ZAPAY agiu com diligência e boa-fé, questionando o recebimento da proposta em 30 de maio de 2025 e apresentando documentação comprobatória no recurso administrativo, incluindo:

- i. Cópia do e-mail original com data e hora de envio;
- ii. Mensagem de erro técnico, gerada pelo servidor de origem;
- iii. Evidência de que a falha decorreu de limitação técnica não prevista no edital, e não de omissão ou negligência;

- iv. Disponibilização da proposta por meio alternativo (link externo), como medida de mitigação.

A conduta da ZAPAY ao longo de todo o processo evidencia, de forma inequívoca, sua boa-fé objetiva e subjetiva. Desde o envio tempestivo da proposta, passando pela pronta identificação da intercorrência técnica, até a adoção de medidas imediatas para mitigar seus efeitos — como o questionamento formal ao SERPRO, a disponibilização do conteúdo por meio alternativo e a apresentação de documentação comprobatória — a empresa demonstrou total transparência, zelo e colaboração com a Administração Pública. Em nenhum momento houve omissão, inércia ou tentativa de ocultar fatos. Ao contrário, a ZAPAY buscou ativamente assegurar a regularidade do processo, mesmo diante de falha técnica alheia à sua vontade. Tal postura, coerente com os princípios da confiança legítima e da cooperação, deve ser valorizada pela Administração, sobretudo em procedimentos que visam à seleção de parceiros comprometidos com a integridade e a eficiência.

A imputação de responsabilidade integral à proponente por uma falha técnica não regulada no edital, em cenário de omissão quanto aos parâmetros de envio e à ausência de salvaguardas para a entrega, revela formalismo excessivo e afronta os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, eficiência e julgamento objetivo — todos amplamente reconhecidos na atuação administrativa e também expressos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, cuja aplicação subsidiária é possível a título de reforço principiológico. Tais diretrizes impõem à Administração o dever de interpretar os atos do procedimento de seleção de forma finalística, evitando penalidades fundadas exclusivamente em aspectos formais dissociados da boa-fé, da tempestividade e do interesse público.

2. DOS FUNDAMENTOS

2.1. Formalismo Moderado e Interesse Público

O princípio do formalismo moderado, embora não esteja expressamente previsto na Lei nº 14.133/2021, é amplamente reconhecido pela doutrina e pela jurisprudência como decorrente dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade — estes, sim, expressamente previstos no art. 5º da referida norma. Ainda que a Lei nº 14.133/2021 não seja aplicável diretamente ao presente chamamento público, seus fundamentos principiológicos podem ser invocados subsidiariamente, à luz da transversalidade dos princípios da Administração Pública.

Ademais, embora o art. 64, §1º, da Lei nº 14.133/2021 trate especificamente do saneamento de falhas formais na fase de habilitação em licitações, sua lógica se mostra plenamente aplicável, por analogia, à análise de propostas em chamamentos públicos. Isso porque, em ambos os casos, busca-se preservar o interesse público, a isonomia entre os participantes e a seleção da proposta mais vantajosa, evitando a rejeição de

manifestações por vícios meramente formais que não comprometam a substância da documentação.

No caso concreto, a falha técnica que impediu o recebimento da proposta decorreu de limitação operacional do servidor de e-mail da ZAPAY — circunstância alheia à vontade da proponente e não prevista no edital. A proposta foi enviada dentro do prazo estabelecido e, tão logo identificada a intercorrência, foram adotadas medidas diligentes e de boa-fé para mitigar seus efeitos, inclusive com o envio alternativo do conteúdo.

Nesse cenário, a desconsideração da proposta representa aplicação desproporcional e excessivamente rigorosa da forma em detrimento do conteúdo, contrariando não apenas os princípios da razoabilidade e da eficiência, mas também a própria finalidade do chamamento e o interesse público subjacente ao procedimento.

2.2.Omissão na Análise de Alternativas Técnicas

O parecer técnico que embasou a decisão de indeferimento deixou de considerar medidas alternativas que viabilizassem a apreciação da proposta da ZAPAY, como, por exemplo, o acesso ao link de compartilhamento de arquivos (OneDrive), disponibilizado tempestivamente pela proponente. Tampouco foi sugerida a realização de diligência destinada à obtenção de esclarecimentos ou reapresentação da proposta, ainda que o edital, em seu item 4.3, expressamente preveja essa possibilidade, desde que observados os princípios da isonomia e da ampla concorrência.

A ausência de iniciativa por parte da Comissão Especial, diante de uma falha técnica claramente dissociada de má-fé ou negligência da proponente, configura omissão relevante, especialmente porque medidas simples — como o acionamento da proponente para reapresentação da proposta ou confirmação por meio alternativo — seriam suficientes para preservar o conteúdo do certame, sem comprometer a legalidade ou a igualdade entre os participantes.

A adoção de uma postura rigidamente formal, desconsiderando alternativas razoáveis diante de uma intercorrência técnica, compromete não apenas a eficiência administrativa, mas também o atendimento ao interesse público subjacente ao chamamento, cuja finalidade última é a seleção da melhor proposta, e não a desclassificação por razões meramente formais.

3. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

- i. O conhecimento e provimento deste Recurso Administrativo pela Autoridade Superior do Chamamento Público nº 0309/2025;

- ii. Caso esta Autoridade Superior entenda não possuir competência para apreciar o presente Recurso Administrativo, que o encaminhe ao órgão recursal competente para análise;
- iii. Na hipótese de se entender que não cabe novo Recurso Administrativo, que o presente seja conhecido e apreciado como Pedido de Reconsideração, nos termos da legislação aplicável;
- iv. A reconsideração da decisão que indeferiu a proposta apresentada, com fundamento nos princípios da razoabilidade, do formalismo moderado e do interesse público;
- v. A validação da proposta apresentada empresa ZAPAY, com o consequente prosseguimento nas etapas do Chamamento Público;
- vi. Alternativamente, a realização de diligência técnica para verificação da integridade e tempestividade da proposta enviada, e;
- vii. A juntada deste requerimento aos autos do processo administrativo eletrônico correspondente.

Nestes termos,
Pede deferimento.

São Paulo, 04 de julho de 2025.



Assinado digitalmente via ZapSign por

Alan Bittar Prado

CPF: 021.863.041-71

Data 04/07/2025 19:26:54:806 (UTC-0300)

ZAPAY SERVIÇOS DE PAGAMENTOS S.A

Alan Bittar Prado

OAB-SP nº 438.847

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)

Última atualização em 04 Julho 2025, 19:26:55

Status: Assinado

Documento: Recurso Administrativo - Chamamento Público Nº 03092025.Pdf

Número: 678ad2e4-08cd-4f1f-90d3-d89995dd5015

Data da criação: 04 Julho 2025, 19:20:52

Hash do documento original (SHA256): a23f9df89a799f9ea891a720b5b2df340dda13b797aabc584aeef1c77f470b6e



Assinaturas

1 de 1 Assinaturas

Assinado  via ZapSign by Truora

ALAN BITTAR PRADO

Data e hora da assinatura: 04/07/2025 19:26:54

Token: f2ced24b-38de-48dd-b130-89080cc1fbfc

Assinatura

Alan Bittar Prado

Pontos de autenticação:

Telefone: + 556198177270

E-mail: alan@usezapay.com.br

Nível de segurança: Validado por código único enviado por e-mail

CPF: 021.863.041-71

Localização aproximada: -15.815375, -47.894749

IP: 189.6.9.91

Dispositivo: Mozilla/5.0 (Linux; Android 10; K) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/137.0.0.0 Mobile Safari/537.36

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Confirme a integridade do documento aqui.



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 678ad2e4-08cd-4f1f-90d3-d89995dd5015, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br

ZapSign 678ad2e4-08cd-4f1f-90d3-d89995dd5015. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.